

FIM DA ESCALA 6 X 1

Colegiado pretende acelerar os debates para chegar à votação neste próximo mês, a tempo de os parlamentares surfarem no tema para a campanha eleitoral

Kayo Magalhaes/Câmara dos Deputados



À frente da comissão, Santana frisou que o relatório da comissão será fechado a seis mãos, incluindo a do presidente da Câmara, Hugo Motta

Comissão abre trabalho e indica entendimento

» VANILSON OLIVEIRA

O clima de convergência em torno do fim da escala 6 x 1 marcou o primeiro dia de funcionamento da comissão especial da Câmara dos Deputados, instalada ontem com a meta de apresentar a proposta ainda na última semana de maio. A intenção é acelerar os trabalhos para garantir a votação ainda em maio. Para isso, os parlamentares pretendem adotar um calendário intenso, com duas a três reuniões por semana e audiências públicas. O próprio presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), tem defendido a tramitação célere da matéria, a fim de torná-la tema para a campanha eleitoral dos parlamentares.

“Nós vamos realizar no mínimo duas reuniões por semana, o objetivo também é fazer uma outra audiência em algum estado”, afirmou o deputado Alencar Santana (PT-SP), presidente da comissão.

Segundo Santana, a dinâmica de trabalho deve incluir sessões ao longo da semana, ampliando o espaço de debate. “Nós vamos ter às terças, quartas e quintas-feiras algumas sessões, aqui e nos estados, tempo suficiente para dialogar, ouvir sugestões e debates de amplos setores”, adiantou. A ideia



Hoje (ontem) já deu um tom do debate, das posições majoritárias. Todos ali defendendo o fim da escala 6 x 1”

Deputado Alencar Santana (PT-SP), presidente da comissão especial

é ouvir representantes do governo federal, entidades sindicais, confederações empresariais, pesquisadores e especialistas para fechar o relatório.

Para o presidente da comissão, o primeiro dia de trabalhos já indicou um cenário de convergência em torno da proposta. “Hoje (ontem) já deu um tom do debate, das posições majoritárias. Todos ali defendendo o fim da escala 6 x 1”, destacou. Santana acrescentou que, se necessário, a presidência da Câmara pode convocar sessões extras para garantir o cumprimento do calendário.

Relator da proposta, o deputado Léo Prates (Republicanos-BA) afirmou que o debate sobre a redução da jornada já vem sendo construído há anos no Congresso

e chegou à maturidade. Segundo ele, há um entendimento amplo entre os parlamentares sobre a necessidade de mudança. “Parece ser consenso a necessidade da redução da jornada”, disse, ao destacar que a comissão terá o desafio de transformar esse consenso em um texto viável.

Relatório “coletivo”

Prates ressaltou que o relatório será construído de forma coletiva, em articulação com a presidência da comissão e a direção da Câmara. “Será construído a seis mãos, com o presidente Alencar Santana e o presidente Hugo Motta”, afirmou. Para ele, o objetivo é consolidar uma proposta que represente o pensamento majoritário da Casa,

sem desconsiderar as diferentes realidades econômicas do país.

Ele também enfatizou que o foco da proposta deve ser a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores, especialmente diante dos impactos da jornada atual sobre famílias e mulheres. Segundo o relator, embora haja preocupação com os efeitos econômicos, a prioridade será encontrar soluções que equilibrem custos e garantam avanços sociais.

O deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), autor de uma das propostas em análise, reforçou que a mudança encontra respaldo tanto no Congresso quanto na sociedade. “Diria que é uma opinião também majoritária na sociedade brasileira, é difícil defender o oposto, não tem lógica”, disse. Ele também destacou que a redução da jornada sem corte salarial deve ser um dos pilares do relatório final.

A comissão foi criada para analisar propostas de emenda à Constituição que tratam da reformulação da jornada de trabalho. Dados do Banco Mundial (Bird) apontam que, em 2025, 546 mil trabalhadores foram afastados de suas funções por transtornos mentais, uma alta de 79% em dois anos, além de um crescimento de 493% nos casos de burnout entre 2021 e 2024.

R\$ 48 bi e trabalho escravo

O Ministério Público do Trabalho (MPT) divulgou, ontem, um relatório com o nome de mais 50 empresas, que juntas, movimentaram mais de R\$ 48 bilhões com cadeias produtivas contaminadas com trabalho escravo contemporâneo. Entre os nomes citados nas ações estão a JBS e a Cargill, mencionadas no âmbito do projeto “Reação em Cadeia”. Desde 1995, cerca de 65 mil trabalhadores foram resgatados em condições análogas à escravidão no Brasil.

Em apenas dois anos, o MPT notificou mais de 30 empresas líderes por adquirirem bens ou serviços de fornecedores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas a escravidão. Parte desses casos já resultou em medidas judiciais, enquanto outros seguem em fase de apuração.

Das empresas investigadas, nove firmaram o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), que é um documento assinado entre partes para corrigir práticas ilegais, evitando processos. As empresas Brasil Global Agroindústria Ltda., CM Distribuidora de Alimentos Ltda., Cargill Agrícola, JBS S.A. e RRR Comércio de Carnes Eireli não chegaram a um

acordo com o MPT e estão sendo acionadas judicialmente.

O levantamento abrange setores como agronegócio, siderurgia, supermercados, indústria têxtil, construção civil e distribuição de combustíveis, áreas em que há maior incidência de casos, especialmente em cadeias com múltiplos níveis de terceirização e menor controle sobre fornecedores.

A investigação indica que o problema não se limita a casos isolados, mas está inserido em uma dinâmica estrutural da economia. Cadeias produtivas inteiras, que conectam desde pequenos fornecedores até grandes corporações, apresentam riscos de contaminação por práticas ilegais, tanto no campo quanto nas áreas urbanas.

O levantamento foi construído com base em dezenas de relatórios técnicos de rastreamento, que analisaram vínculos comerciais entre empresas líderes e fornecedores incluídos na chamada “lista suja” do trabalho escravo. A análise abrangeu nove setores estratégicos da economia, evidenciando a capilaridade do problema.

No setor de supermercados e varejo, por exemplo, foram

TST/Divulgação



Teresa: enfrentamento ao abuso vem da mudança coletiva de postura

identificadas transações que somam cerca de R\$ 40 bilhões associadas a fornecedores irregulares. Já a agropecuária concentra aproximadamente R\$ 3,2 bilhões, enquanto o setor de combustíveis soma cerca de R\$ 1,8 bilhão. A siderurgia aparece com cerca de R\$ 1,2 bilhão, além de valores relevantes na indústria da moda e têxtil.

Para a vice-procuradora-geral do Trabalho, Teresa Cristina Bastenteiro, o enfrentamento da escravidão contemporânea exige uma mudança de postura coletiva. “Esta questão não se limita à atuação do Poder Executivo, das forças policiais e do Ministério Público. É fundamental o envolvimento de toda a sociedade”, afirmou. (VO)

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

Kleber



Nada será como antes para Lula depois da rejeição de Messias

A rejeição do nome de Jorge Messias para o Supremo Tribunal Federal (STF) pelo Senado marca um ponto de inflexão na política brasileira e reposiciona a relação entre os Poderes. Mais do que um fracasso do indicado, é uma derrota do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O resultado de 42 votos contrários, 34 favoráveis e uma abstenção revelou que o governo perdeu o controle de sua base no Senado. E cometeu graves erros de avaliação e condução das negociações, apesar das advertências do líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP), aliado de Alcolumbre na política do Amapá.

A indicação ao STF sempre foi tratada como prerrogativa presidencial de alto prestígio, cuja aprovação dependia mais de rituais políticos do que de disputas abertas. Ao romper essa tradição, o Senado deixou de ser uma instância homologatória e assumiu protagonismo político explícito, com capacidade de veto efetivo sobre o Executivo. Desde quando Lula rejeitou o nome do ex-presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSB-MG), para o cargo, desconsiderando um pedido do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União), e indicou Messias, o advogado-geral da União, as relações do Palácio do Planalto com o Senado ficaram estremeçadas.

Lula retardou ao máximo a indicação formal de Messias por causa disso, mas resolveu fazê-lo mesmo sem um acordo com Alcolumbre, por pressentir o perigo com a aproximação do processo eleitoral. Pagou para ver e perdeu a aposta. O dado mais relevante, porém, não está apenas no resultado, mas na engenharia política que o produziu: a convergência entre Alcolumbre e Flávio Bolsonaro (PL-RJ) sinaliza a formação de um novo eixo de poder dentro do Congresso.

Alcolumbre, que até então operava como mediador e, em muitos momentos, como anteparo institucional contra iniciativas mais agressivas da oposição, deslocou-se para uma posição de maior autonomia — ou mesmo de alinhamento tático com forças opositoras. Esse movimento rompe uma lógica de contenção que vinha permitindo ao governo administrar crises sem sofrer derrotas frontais. A partir de agora, cada votação relevante exigirá negociação real, concessões concretas e maior capacidade de articulação política.

O governo perde não apenas votos, mas previsibilidade. E, em política, a perda de previsibilidade costuma ser mais grave do que a perda episódica de maioria. Há também implicações diretas para o próprio STF. A rejeição de um indicado presidencial reabre o debate sobre os critérios de escolha e sobre o grau de politização da Corte. Nos últimos anos, consolidou-se a percepção de que o tribunal passou a desempenhar papel central na arbitragem de conflitos políticos, o que elevou o custo das indicações.

Ao barrar Messias, o Senado envia um recado ao Executivo, de que não aceitará indicações automáticas, e ao Supremo, de que sua composição passou a ser objeto de disputa política aberta. Lula tenta assimilar a derrota como um revés parlamentar e não uma ruptura definitiva. A seus auxiliares, disse que tinha o direito de indicar Messias e o Senado, de rejeitar.

Liturgia do cargo

Mas não é essa a leitura da oposição e dos aliados do Centrão que traíram o governo. Do ponto de vista histórico, o episódio é raro. Desde o início da República, ainda sob Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, não se registrava uma rejeição dessa natureza com impacto político comparável. Isso confere à derrota de Lula um caráter simbólico poderoso: ela representa não apenas um revés e quebra de um padrão institucional que atravessou diferentes regimes e conjunturas, mas fragilidade do projeto de reeleição, ou seja, perda de expectativa de poder.

Politicamente, o impacto é profundo. Lula construiu seu terceiro mandato com base em uma estratégia de recomposição de alianças amplas com o Centrão, buscando apoio nos estados para garantir governabilidade. A derrota expõe os limites dessa estratégia. Mostra que o chamado “centrão ampliado” não opera como base orgânica, mas como um conjunto de forças voláteis, que respondem a incentivos específicos e a correlações de força momentâneas.

Além disso, a articulação que levou à rejeição fortalece a oposição liderada por Flávio Bolsonaro, que passa a demonstrar capacidade de influenciar decisões estratégicas mesmo sem maioria formal. Isso já é resultado da expectativa de poder gerada pelos reiterados empates técnicos com Lula nas pesquisas de intenção de votos. Esse dado tem implicações diretas para o cenário eleitoral de 2026, pois indica que a oposição não apenas resiste, mas consegue impor derrotas relevantes ao governo no terreno institucional. Ou seja, passou à ofensiva no Congresso.

Outro aspecto é o enfraquecimento da autoridade de Lula. O resultado da votação abala a liturgia da Presidência e tem impacto na autoridade presidencial. Em sistemas presidencialistas, a capacidade de nomear ministros de cortes superiores é um dos instrumentos mais relevantes de poder. Ao ver sua indicação rejeitada, Lula sofre um desgaste que transcende o episódio específico e atinge sua imagem de liderança política de forma irremediável neste mandato.